

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Departamento de Psicologia Social e das Organizações

O papel da influência social normativa na codificação de desinformação

Jessica Simões Pereira

Mestrado em Ciências em Emoções

Orientadoras:

Magda Saraiva, Investigadora
Centro de Investigação e de Intervenção Social
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Margarida Vaz Garrido, Professora Associada
Departamento de Psicologia Social e das Organizações
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Junho, 2021



CIÊNCIAS SOCIAIS
E HUMANAS

Departamento de Psicologia Social e das Organizações

O papel da influência social normativa na codificação de desinformação

Jessica Simões Pereira

Mestrado em Ciências em Emoções

Orientadoras:

Magda Saraiva, Investigadora
Centro de Investigação e de Intervenção Social
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Margarida Vaz Garrido, Professora Associada
Departamento de Psicologia Social e das Organizações
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Junho, 2021

Agradecimentos

A conclusão do presente trabalho reflete não só o final de uma etapa do meu percurso académico, como de um importante ciclo da minha vida. Nestes últimos dois anos de Mestrado em Ciências em Emoções, muitas experiências foram vividas, muitas delas algo atípicas, mas que não trocava por nada, pois deram lugar a um crescimento imenso enquanto pessoa e acredito que também enquanto futura profissional. Tenho a agradecer a quem contribuiu direta ou indiretamente para esse crescimento.

Gostaria de agradecer, às minhas orientadoras, Magda Saraiva e Margarida Garrido, pelo apoio e disponibilidade ao longo destes últimos meses. Obrigada pelo desafio, e por tudo o que me permitiram aprender durante a realização desta dissertação, graças ao vosso conhecimento e experiência.

Agradeço também do fundo do coração, ao meu pai e ao meu irmão. Ao meu pai, por sempre me ter oferecido o seu apoio incondicional, por acreditar em mim e por tudo o que fez para que fosse possível chegar até aqui. Sem ele, eu não seria quem sou, nem estaria onde estou. Ao meu irmão, pela força, por me ter feito acreditar nas minhas capacidades e por sempre me ter feito sentir compreendida ao longo da vida.

Quero, por último, agradecer aos meus amigos, aos que estão perto e aos que estão longe, porque a distância nunca impediu que estivessem ao meu lado. Obrigada pela paciência, por tanto me ouvirem falar sobre esta dissertação e pelas palavras de apoio ao longo destes meses.

Resumo

A memória é um processo reconstrutivo e falível, sujeito a esquecimento, distorções e falsas memórias. As falsas memórias correspondem à recordação de eventos, acontecimentos ou informações que ocorreram de forma diferente daquela em que são recordados, ou que nunca aconteceram.

Este fenómeno tem sido amplamente estudado em contextos de memória individual. Porém, a sua ocorrência em contextos de interação social permanece pouco explorada, apesar de a memória ser uma atividade social e cooperativa suscetível a processos de influência social.

Este estudo teve como objetivo analisar o efeito da influência social normativa na emergência e transmissão de informação falsa em contextos de interação social. Para tal, utilizámos o paradigma da desinformação, com grupos colaborativos compostos por um participante ingénuo e um comparsa do experimentador, que alegadamente pertencia a um grupo de estatuto elevado ou baixo. Colocámos como hipótese que a informação aceite por um comparsa de estatuto elevado fosse mais aceite, e consequentemente, mais bem recordada pelo participante do que quando os participantes colaboravam com um comparsa de estatuto baixo.

Os resultados revelaram que os participantes incluíram na sua recordação, alguma da desinformação introduzida durante o questionário, replicando o efeito de desinformação. Contrariamente ao esperado, o efeito da influência social normativa não foi significativo ao nível da informação correta e falsa aceite e recordada pelos participantes. Tal resultado poderá dever-se à ineficácia da manipulação do estatuto do comparsa e a outras questões metodológicas que discutimos de forma aprofundada.

Palavras chave: desinformação, influência social normativa, interação social, distorções de memória

Códigos de Classificação da APA

2340 Processos Cognitivos

2343 Aprendizagem & Memória

Abstract

Memory is a reconstructive and fallible process subject to forgetting, distortions, and false memories. False memories refer to the recall of events or information that occurred differently from how they were recalled, or that never happened.

This phenomenon has been extensively studied in individual memory contexts. However, its occurrence in social interaction contexts remains little explored, even though memory is a social and cooperative activity, susceptible to social influence processes.

This study aimed to analyze the effect of normative social influence on the emergence and transmission of false information, in social interaction contexts. To this end, we used the misinformation paradigm, with collaborative groups composed of a naive participant and a confederate of the experimenter, who allegedly belonged to a high or low status group. We hypothesized that the information accepted by a high-status confederate would be more accepted, and consequently, better remembered by the participant than when the participant collaborated with a low status confederate.

The results revealed that participants included in their recall some of the misinformation introduced during the questionnaire, replicating the misinformation effect. Contrary to what was hypothesized, the effect of normative social influence was not significant for the correct and false information accepted and remembered by the participants. This result may be due to the ineffectiveness of the manipulation of the confederate's status and to other methodological issues that we discuss in depth.

Keywords: misinformation, normative social influence, social interaction, memory distortions

APA Classification Codes

2340 Cognitive Processes

2343 Learning & Memory

Índice

CAPÍTULO 1. Introdução	1
CAPÍTULO 2. Enquadramento Teórico	3
Falsas memórias.....	3
Paradigma da desinformação	4
O efeito da desinformação em contexto de interação social.....	6
Contágio social	8
Influência social informativa e normativa	10
Objetivos e hipóteses	11
CAPÍTULO 3. Método	13
Participantes.....	13
Design	13
Instrumentos	13
Pré-teste da Manipulação do Estatuto do <i>Outgroup</i>	13
Procedimento	15
CAPÍTULO 4. Resultados	19
Verificação da manipulação	19
Informação correta e falsa aceite durante o questionário	19
Codificação da informação evocada.....	20
Recordação correta da informação inicial	21
Evocação da informação apresentada durante o questionário	21
CAPÍTULO 5. Discussão	25
Referências Bibliográficas.....	27

CAPÍTULO 1.

Introdução

A memória é um processo reconstutivo e falível que está sujeito a esquecimento, distorções e falsas memórias (e.g., Oliveira et al., 2018). As falsas memórias ocorrem quando recordamos eventos, acontecimentos ou informações de forma diferente daquela em que realmente ocorreram, ou que nunca aconteceram (Loftus, 2005). A ocorrência de falsas memórias tem sido amplamente estudada em diferentes contextos (e.g., depoimentos de testemunhas oculares; Loftus & Palmer, 1974), com diferentes estímulos (e.g., listas de palavras, Roediger & McDermott, 1995; histórias, Bartlett, 1932), e recorrendo a diversos paradigmas (e.g., DRM; Deese, 1959; Roediger & McDermott, 1995; desinformação; Loftus & Palmer, 1974).

A produção de falsas memórias, e os mecanismos cognitivos que lhe estão subjacentes, tem sido amplamente estudada em tarefas de memória individual. No entanto, a memória é uma atividade social e cooperativa (Garcia-Marques et al., 2012; Garrido et al., 2012) estando suscetível a processos de influência social. Porém, a ocorrência de falsas memórias em contextos de interação social permanece pouco explorada.

O presente estudo visou estudar o efeito da influência social normativa na emergência e transmissão de informação falsa em contextos de interação social. Primeiramente, será apresentada uma breve revisão de literatura sobre falsas memórias, onde se aborda o paradigma da desinformação, o efeito da desinformação em contextos de interação social, e o contágio social, concluindo-se com uma breve descrição dos processos de influência social. Em seguida, será apresentado um estudo experimental original. Por fim, serão apresentados e discutidos os resultados obtidos, assim como as principais conclusões, limitações e sugestões para estudos futuros.

CAPÍTULO 2.

Enquadramento Teórico

Falsas memórias

A memória é um processo reconstrutivo (Roediger & McDermott, 2000). Bartlett (1932), foi dos primeiros investigadores a demonstrar experimentalmente que quando transmitimos informação (e.g., em conversas ou discussões), podem ocorrer alterações substanciais na memória (e.g., perda, inclusão ou alteração de informações). Um exemplo dessas alterações é a produção de falsas memórias. O conceito de falsa memória pode ser definido como a recordação de eventos ou informações que nunca aconteceram, ou que ocorreram de forma diferente daquela em que são recordadas (Loftus, 2005). Neste sentido, torna-se importante explorar os mecanismos subjacentes à produção de falsas memórias, particularmente nas nossas interações sociais.

Existem diversos paradigmas que permitem estudar experimentalmente esses efeitos (e.g., DRM; Deese, 1959; Roediger & McDermott, 1995, desinformação; Loftus & Palmer, 1974).

O paradigma DRM (Deese, 1959; Roediger & McDermott, 1995), é o paradigma de estudo de falsas memórias mais utilizado (Gallo, 2010). O seu procedimento consiste na apresentação de uma lista de palavras (e.g., sono, cama, lençol, noite, bocejar, despertar) todas elas fortemente associadas a outra palavra (i.e., item crítico) que nunca é apresentada (e.g., dormir). Os resultados dos estudos com recurso a este paradigma têm demonstrado que, quando é pedido aos participantes que recordem (evocação ou reconhecimento) as palavras apresentadas na lista, estes tendem a evocar/reconhecer o item crítico como fazendo parte da lista de palavras inicialmente apresentada. Segundo a Teoria da Ativação/Monitorização (Roediger et al., 2001), a produção de falsas memórias, no paradigma DRM, ocorre devido a dois processos: ativação do item crítico (durante a codificação e/ou recuperação) e à falha na monitorização do item crítico (durante a recuperação; Gallo & Roediger, 2002). Durante a apresentação das palavras, ou seja, durante a fase de codificação, é ativada uma rede semântica, na qual se incluem as palavras semanticamente associadas às apresentadas, nomeadamente o item crítico. Durante a fase de recordação das palavras da lista apresentada, o item crítico está tão, ou mais ativado que as restantes palavras da lista apresentada. Nesta fase, os indivíduos deveriam ser capazes de monitorizar corretamente a fonte da informação ativada, neste caso o item crítico. Porém quando este processo de monitorização falha e o indivíduo não consegue rejeitar o item crítico, é produzida uma falsa memória.

Pela sua facilidade e simplicidade de implementação, o paradigma DRM permite estudar a produção de falsas memórias em tarefas de memória individual mas também em contextos de interação social. Por exemplo, num estudo sobre a produção de falsas memórias em tarefas de memória colaborativa usando o paradigma DRM, Saraiva et al. (2017) verificaram que a produção de falsas memórias em tarefas de recordação colaborativa foi significativamente inferior à da recordação nominal.

Porém, este paradigma aparenta não ser o mais indicado para estudar as falsas memórias nesses contextos, uma vez que é pouco representativo das situações de interação que acontecem em contextos reais, já que nestes contextos, as pessoas raramente recordam informação em formato de listas de palavras (Cann et al., 2011). No entanto, na década de 70, Elizabeth Loftus e colaboradores desenvolveram o paradigma da desinformação, que pelo tipo de materiais e procedimentos utilizados, aparenta ser mais próximo das situações quotidianas que envolvem processos de memória em contextos de interação social, e portanto, mais adequado para este tipo de estudo.

Paradigma da desinformação

O paradigma da desinformação surgiu com o intuito de estudar o testemunho ocular e consiste na distorção da memória através da introdução de informação falsa/enganosa (i.e., desinformação; Loftus & Palmer, 1974).

O procedimento é geralmente composto por três fases: codificação; introdução da desinformação; e recordação. A fase de codificação consiste na apresentação de uma imagem/vídeo aos participantes. Segue-se a introdução de desinformação através de questões, narrativas, ou de uma fonte social (e.g., outra testemunha) que pode ser real ou não. Finalmente, a memória dos participantes é testada. Para esse efeito, é-lhes pedido que recordem o máximo de informação possível daquela que foi apresentada inicialmente, através de uma tarefa de evocação ou de reconhecimento.

No estudo original do paradigma da desinformação, Loftus e Palmer (1974) apresentaram aos participantes vídeos de vários acidentes de viação. Após a apresentação de cada vídeo, era pedido aos participantes que descrevessem o acidente que tinham visualizado. De seguida, os participantes respondiam a um conjunto de questões acerca do acidente. A questão crítica deste questionário era a que interrogava o participante acerca da velocidade a que os carros envolvidos no acidente circulavam, modificando o verbo utilizado: “A que velocidade circulavam os carros quando chocaram/ colidiram/ esbarraram/ bateram um no outro?” (design inter-participantes). Os resultados revelaram que a manipulação do verbo utilizado afetava

significativamente a resposta do participante. O verbo “bater” provocou estimativas de velocidade mais elevadas do que os verbos “chocar”, “colidir”, ou “esbarrar”. Na semana seguinte, os participantes regressavam ao laboratório e era-lhes perguntado se no vídeo que tinham visualizado na semana anterior havia vidros partidos no chão (embora no acidente visualizado não existissem quaisquer vidros partidos). Os resultados revelaram que os participantes aos quais foi colocada a questão contendo o verbo “bater” na primeira sessão da experiência (e que haviam estimado uma velocidade mais elevada), foram mais propensos a responder afirmativamente à pergunta “Viu algum vidro partido no vídeo?”. Estes resultados reforçam o argumento de que perguntas sugestivas colocadas após um evento ser codificado, constituem fontes de desinformação que afetam a memória através da reconstrução do evento original (Loftus, 2005).

Estudos subsequentes que aplicam este paradigma, têm verificado que os participantes recordam frequentemente informação falsa, inserida após a apresentação e codificação do evento original. Isto é, quando expostos à informação falsa e/ou enganosa, após a codificação de um evento, os participantes tendem a recordar incorretamente esses detalhes como fazendo parte do evento original (Pickrell, et al., 2016). Este efeito tem sido justificado com base em erros na monitorização da fonte (Johnson et al., 1993).

A monitorização da fonte é baseada nas particularidades das memórias em combinação com processos de julgamento (Johnson et al., 1993). O evento original é a fonte, que sofre interferência da desinformação introduzida posteriormente. No momento da recordação, os indivíduos nem sempre conseguem atribuir corretamente a desinformação à sua fonte (e.g., questionário, narrativa), e ocorre um erro de monitorização, o que leva à produção de falsas memórias. Entre as características da memória mais importantes para a recordação, estão os registos de informações perceptuais (e.g., cor e som), informações contextuais (e.g., espacial e temporal), detalhes semânticos, informações afetivas (e.g., reações emocionais) e operações cognitivas (e.g., registo, recuperação e identificação) que foram estabelecidas quando a memória foi formada. Em comparação com memórias de eventos imaginados, memórias de eventos reais tendem a incluir mais informações perceptuais, contextuais, semânticas e afetivas, e menos informações sobre operações cognitivas. Saber que uma memória tem uma fonte específica é uma das razões que nos faz experienciá-la como pertencendo ao nosso passado. A monitorização da fonte diferencia igualmente a imaginação da realidade na memória (e.g., visitámos um certo sítio ou apenas o imaginámos), fontes consideradas como sendo de confiança de fontes consideradas como não sendo de confiança (e.g., informação sobre um

problema de saúde dada por um médico ou escrita por uma fonte anónima na internet), e ações de intenções (e.g., beber um copo de água ou apenas pensar em beber o copo de água).

Os mecanismos cognitivos subjacentes à produção de falsas memórias em tarefas de memória individual têm sido bastante explorados, porém estes permanecem pouco estudados em tarefas de memória colaborativa e em contextos de interação social.

O paradigma da desinformação (Loftus & Palmer, 1974), em comparação com o paradigma DRM é mais próximo da realidade, pois permite interação e envolve a codificação e recordação de informação mais complexa (e.g., histórias). Porém, os estudos que têm aplicado os pressupostos deste paradigma ao estudo da produção de falsas memórias em tarefas de memória colaborativa apresentam resultados mistos (e.g., Rivardo et al., 2013; Rossi-Arnaud et al., 2020; Saraiva et al., 2020), tal como apresentado na secção seguinte.

O efeito da desinformação em contexto de interação social

A produção de falsas memórias em tarefas de memória individual é um efeito bem estabelecido. Porém, a memória é frequentemente uma atividade social e cooperativa (e.g., Garcia-Marques et al., 2012; Garrido et al., 2012a, 2012b; Rajaram & Pereira-Pasarin, 2010; ver Maswood & Rajaram, 2019, para uma revisão). Por exemplo, é frequente recordarmos experiências passadas, notícias, histórias e eventos com a família, colegas, amigos e conhecidos. Essas interações do nosso dia a dia constituem igualmente oportunidades para desenvolver, transmitir e disseminar informações que podem ser (acidental ou deliberadamente) parcialmente distorcidas ou completamente falsas (Bartlett, 1932).

Os poucos estudos existentes sobre a produção de falsas memórias em tarefas de memória colaborativa apresentam resultados mistos. Por exemplo, num estudo de Karns-Wright et al. (2009), os participantes assistiram a um vídeo de um acidente de carro e, em seguida, leram uma descrição que apresentava informações corretas ou desinformação. Por fim, responderam a um conjunto de perguntas sobre o vídeo, de forma colaborativa (i.e., em grupo) ou individual. Os resultados revelaram que o efeito da desinformação foi menor nos grupos colaborativos do que nos grupos nominais. No entanto, Rivardo et al. (2013) obtiveram resultados diferentes ao utilizarem um procedimento semelhante ao anterior. Neste estudo, os participantes visualizaram um vídeo no qual é retratado um incidente de atropelamento de um peão e respetiva fuga do condutor. Depois de lerem uma narrativa de uma testemunha ocular que continha ou não desinformação (conforme a condição experimental), os participantes respondiam a um questionário acerca do vídeo de forma colaborativa ou individual (Momento 1). O questionário continha 16 perguntas, 4 das quais abordavam detalhes críticos do vídeo e que foram alterados

na narrativa que continha desinformação (i.e., informação presente no vídeo mas alterada na narrativa), e uma questão sobre os detalhes que constavam apenas na narrativa que continha desinformação (i.e., não apresentado no vídeo). Passado alguns minutos, os participantes responderam novamente ao questionário individualmente, (Momento 2). Uma semana depois os participantes respondiam novamente ao questionário individualmente (Momento 3). Como esperado, os participantes que foram expostos à descrição contendo desinformação foram mais propensos a relatar informações falsas do que aqueles que receberam a descrição correta (Momento 1 e Momento 2). Porém, uma semana depois (Momento 3), os participantes que colaboraram inicialmente (Momento 1) relataram mais desinformação do que aqueles que responderam individualmente. Recentemente, Rossi-Arnaud et al. (2020) relataram resultados semelhantes aos obtidos inicialmente por Karns-Wright et al. (2009). Após assistirem a um vídeo sobre um assalto a um banco, os participantes realizaram uma tarefa de evocação livre, individualmente ou em colaboração com outro participante. De seguida, os participantes responderam a um conjunto de treze questões, quatro das quais contendo desinformação acerca do vídeo apresentado. Esta tarefa era realizada individualmente ou de forma colaborativa. Após uma hora (Experiência 1) ou uma semana (Experiência 2), os participantes realizaram uma tarefa de reconhecimento do tipo sim/não acerca do vídeo, individual ou colaborativa. Esta tarefa consistia num conjunto de 17 afirmações, quatro das quais continham a desinformação introduzida durante o questionário e quatro continham desinformação não apresentada no questionário. As restantes afirmações continham informação correta acerca do vídeo. Os resultados da tarefa de reconhecimento indicaram que os grupos colaborativos foram menos propensos a mencionar desinformação, independentemente do tempo decorrido desde a visualização do vídeo.

Num estudo recente, Saraiva et al. (2020) exploraram a aceitação e a recordação de desinformação em tarefas de memória colaborativa. Na Experiência 1, os participantes assistiram a um curto vídeo sobre um assalto a um banco, ao qual se seguia uma tarefa de recordação (R1). Seguiu-se um questionário contendo informação correta (apresentada no vídeo) e informação falsa ou enganosa (não apresentada no vídeo). Este questionário era respondido de forma colaborativa (i.e., em pares) ou individual. Durante o questionário, os participantes que trabalharam em colaboração tiveram a oportunidade de discutir as informações apresentadas usando o método de discussão livre, ou seja, podiam discutir livremente as questões e respetiva resposta até chegarem a um consenso. Seguiu-se a nova tarefa de evocação (R2), mais uma vez colaborativa ou individual. Na Experiência 2, e seguindo um procedimento semelhante, a manipulação colaborativa ocorria apenas durante o questionário.

Ou seja, metade dos participantes respondia ao questionário de forma colaborativa e a outra metade individualmente, mas as tarefas de evocação eram sempre realizadas individualmente. Os resultados demonstraram que, em ambas as experiências, os participantes que colaboraram no questionário (vs. que responderam ao questionário individualmente), recordaram menos desinformação na tarefa de evocação subsequente. À semelhança de estudos anteriores (e.g., Harris et al., 2012; Rossi-Arnaud et al., 2020; Vredeveldt et al., 2016, 2017), os resultados deste estudo sugerem que as oportunidades de discussão oferecidas nos grupos colaborativos (i.e., método de discussão livre), aumenta a rejeição da desinformação. Segundo os autores, tal ocorre, porque a interação entre os participantes permite a discussão de informação/desinformação e a eliminação de possíveis erros (i.e., *error pruning*; Maki et al., 2008) até chegarem a um consenso sobre a sua veracidade, o que ajuda a minimizar as memórias falsas.

A influência de fontes sociais na memória também tem sido estudada como "contágio social" (e.g., Meade & Roediger, 2002; Roediger et al., 2001), tanto em contexto de recordação individual, como com grupos colaborativos. A secção seguinte apresenta e discute alguns resultados obtidos com este paradigma.

Contágio social

As memórias falsas ocorrem quer em tarefas de memória individual, quer em grupos, multiplicando-se nas nossas interações, sejam elas face a face, ou nas redes sociais, modificando a memória pessoal e coletiva (Maswood & Rajaram, 2019). A forma como fontes sociais (e.g., familiares, amigos, colegas de trabalho, redes sociais) podem alterar a nossa memória, tem sido explicada pelo que se designa de contágio social. O contágio social acontece quando, um indivíduo integra na sua memória itens/informação falsa, erradamente sugeridos por uma fonte social (Roediger et al., 2001). A produção de erros por contágio social tem sido estudada recorrendo ao paradigma do contágio social (Roediger et al., 2001) e ao paradigma de conformidade da memória (Gabbert et al., 2006).

O paradigma do contágio social combina os pressupostos do paradigma da conformidade de Asch (1956) e do paradigma da desinformação de Loftus e Palmer (1974) e utiliza geralmente cenas domésticas ou listas de palavras como informação a ser codificada (Meade & Roediger, 2002). Por sua vez, o paradigma da conformidade da memória (Gabbert et al., 2003) assenta essencialmente em cenários de testemunho ocular, no qual dois indivíduos experienciam ou assistem ao mesmo evento e o discutem. Ambos os paradigmas incluem uma fase em que a desinformação é introduzida por uma fonte social que recorda informação que

não consta na originalmente apresentada. Os resultados de estudos com ambos os paradigmas têm revelado que a memória dos participantes é influenciada pela informação erradamente recordada por outro indivíduo (Roediger et al., 2001; Gabbert et al., 2006).

Nestes estudos, o contágio social ocorre independentemente da percentagem de desinformação sugerida pelo parceiro de interação. Os participantes assumem simplesmente que os seus parceiros estão corretos e não avaliam necessariamente as suas respostas às questões, a menos que lhes seja explicitamente pedido que o façam (Numbers et al., 2014).

A desinformação nestes paradigmas pode ser introduzida através de vários métodos. Por exemplo, pode ser introduzida através de um comparsa do investigador durante uma conversa com o participante, na qual menciona tanto detalhes corretos quanto incorretos relacionados com o material estudado (e.g., Gabbert & Hope, 2013; Roediger et al., 2001). Pode ser introduzida através de interações sociais indiretas que ocorrem quando o participante analisa informações, provenientes de uma suposta fonte social, como outro participante (Meade & Roediger, 2002). Outra forma de introduzir desinformação consiste em dois ou mais participantes estudarem informação que, sem o seu conhecimento, são parcialmente diferentes, sendo cada um deles exposto a algumas informações exclusivas (e.g., os participantes vêem um vídeo do mesmo acontecimento, mas filmado de uma perspetiva diferente; Gabbert et al., 2003).

Estudos sobre o efeito do contágio social têm documentado condições que aumentam ou reduzem esse efeito. Por exemplo, os participantes são mais suscetíveis ao contágio social quando a desinformação é consistente com a situação apresentada (Meade & Roediger, 2002; Roediger et al., 2001), quando a informação/desinformação é apresentada por curtos períodos de tempo (Roediger et al., 2001), ou quando os participantes estão menos confiantes na sua própria memória (Wright & Villalba, 2012). Também fatores sociais e interpessoais, como a credibilidade da fonte que introduz a desinformação, influenciam o efeito de contágio social. Alguns estudos mostraram que os indivíduos são menos suscetíveis a incorporar informações incorretas provenientes de pessoas idosas (Kwong et al., 2001), de crianças (Skagerberg & Wright, 2009), ou pessoas que não consideram como pertencendo ao seu grupo social (Andrews & Rapp, 2014). Por outro lado, os participantes tendem a confiar mais nas informações transmitidas por pessoas com as quais têm algum tipo de relacionamento (Hope et al., 2008). A perceção do poder social desempenha igualmente um papel importante no efeito do contágio social. Por exemplo, as pessoas são mais propensas a incorporar informações recebidas de fontes sociais que consideram ter mais poder em certas dinâmicas de relacionamento (e.g., ambiente de trabalho, familiar, social, amoroso, educacional; Skagerberg & Wright, 2009), assim como de pessoas que são competitivas em vez de cooperativas (Park et al., 2016), pessoas

com mais iniciativa (e.g., exprimem-se primeiro; Gabbert et al., 2006; Wright & Carlucci, 2011), e que aparentam ser mais confiantes (Allan & Gabbert, 2008).

Possíveis explicações para o contágio social, particularmente em tarefas de memória colaborativa, são os erros na monitorização da fonte (Johnson et al., 1993), o *error pruning* (Weigold et al., 2014) e o *retrieval criterion shift* (Miller & Wolford, 1999). O *error pruning*, está relacionado com o grau de interação entre os elementos de um grupo e com as oportunidades que essa interação lhes proporciona para a correção de possíveis erros, o que poderá minimizar/maximizar a produção de falsas memórias (Rajaram & Pereira-Pasarin, 2010). De acordo com esta explicação, a recuperação colaborativa usando o método de recordação vez-à-vez, isto é, quando um participante recorda uma informação, de seguida outro participante recorda outra informação e assim sucessivamente, proporciona uma interação limitada entre os membros do grupo. Isso acontece porque não há oportunidade de discussão da informação apresentada e os erros introduzidos durante a recordação não são corrigidos. Já o método de discussão livre, oferece maiores oportunidades para discutir ideias e receber *feedback* corretivo, o que reduz a produção de erros (Weigold et al., 2014). Por sua vez, o *retrieval criterion shift* é um processo centrado na recuperação da informação, mas que é igualmente considerado como processo de decisão, o que pode levar à produção de falsas memórias (Miller & Wolford, 1999). Em procedimentos de evocação colaborativa, como no método de recordação vez-à-vez, os participantes produzem mais erros de memória do que quando utilizam o método de recordação livre. Tal ocorre, porque no método vez-à-vez, existe uma maior pressão para recordar, o que promove a adoção de um critério mais liberal. Por outro lado, no método de discussão livre, a pressão para recordar é menor, e os custos dos erros produzidos é maior, o que leva à adoção de um critério mais conservador reduzindo assim a produção de falsas memórias (Basden et al., 1997).

A influência social informativa e a influência social normativa também têm sido apontadas como possível explicação para o contágio social (Meade & Roediger, 2002). Por ser um tópico central para o presente estudo, é desenvolvido na secção seguinte.

Influência social informativa e normativa

De acordo com Deutsch e Gerard (1955), a influência que temos sobre alguém é mediada pela relação de dependência existente para com esse indivíduo. A influência social envolve uma mudança de comportamento (i.e., conformidade) de forma a que o indivíduo se enquadre num determinado grupo (Garcia-Marques et al., 2013). A influência social informativa reflete o desejo de um indivíduo estar correto, enquanto que a influência normativa resulta da

necessidade de um indivíduo ter aprovação e aceitação social (Deutsch & Gerard, 1955). A influência informativa pode ser a explicação mais provável para o efeito da conformidade da memória e para o contágio social, porque as tarefas de recordação são, geralmente, concluídas individualmente, enquanto que a influência normativa está mais frequentemente associada à conformidade expressa publicamente (Gabbert et al., 2003). As variáveis mais importantes na determinação do grau da influência social normativa são a afinidade do indivíduo com o grupo (Lott & Lott, 1961), a expectativa de interações futuras, e o grau em que o seu comportamento é do conhecimento do grupo (Deutsch & Gerard, 1955).

O estatuto que um indivíduo tem num grupo social tende a atenuar ou acentuar o impacto do seu comportamento no grupo (Levine & Moreland, 1994). Um estudo pioneiro de Torrance (1959), demonstrou, utilizando como participantes tripulações de bombardeiros, que a probabilidade de uma tripulação resolver um problema dependia do estatuto de quem detinha a solução. A percentagem de aceitação pelo grupo, da solução para um problema complexo, variou de acordo com o membro do grupo ao qual o investigador forneceu a solução. Quando fornecida ao piloto, 94% das tripulações aceitaram a solução, quando fornecida ao navegador, a percentagem foi de 88%, e no caso de ser o artilheiro a dispor da solução a percentagem baixou ainda mais, passando para os 63%. As soluções foram, portanto, vistas como mais confiáveis quando oferecidas por membros mais graduados.

A influência das fontes sociais na produção, manutenção e transmissão de informação falsa é particularmente importante no contexto atual. À medida que a utilização de meios de comunicação online aumenta, a capacidade de criar, partilhar e receber informação abundantemente e de forma rápida (por vezes, com a introdução deliberada de informação falsa), aumenta a probabilidade de distorções da memória. Por esta razão, importa explorar os mecanismos sociocognitivos subjacentes à produção e transmissão de desinformação em contextos de interação social.

Objetivos e hipóteses

O objetivo deste estudo é examinar o papel da influência social normativa na aceitação ou rejeição de desinformação durante a sua codificação, em contextos de interação social. É esperado que a identificação do participante com o grupo social do parceiro de interação (i.e., comparsa), que vai aceitando ou rejeitando informação correta e falsa, influencie a quantidade de desinformação aceite/rejeitada pelo participante numa tarefa final de evocação individual. Por outras palavras, é esperado que o participante inclua na sua recordação, mais ou menos,

desinformação anteriormente aceite pelo parceiro de interação durante o questionário, dependendo do seu grau de identificação com o grupo social desse parceiro.

É expectável que os participantes (i.e., alunos de Psicologia do Iscte) que colaboram com um comparsa do “*outgroup* de estatuto elevado” (i.e., alunos do curso de Medicina) que aceita a informação falsa, aceitem/recordem mais desinformação do que os participantes que têm como parceiro de interação um comparsa do “*outgroup* de estatuto baixo” (i.e., alunos de Psicologia de outra universidade). Com base na revisão de literatura anteriormente apresentada, tal é esperado porque, a influência normativa resulta da necessidade de um indivíduo ter aprovação e aceitação social (Deutsch & Gerard, 1955), esperando-se assim, que o participante sinta um maior desejo de aprovação social por parte do grupo que considera superior.

CAPÍTULO 3.

Método

Participantes

Participaram no estudo, 64 estudantes do 1º ano de Psicologia do Iscte-Instituto Universitário de Lisboa (83% do sexo feminino), com idades compreendidas entre os 18 e os 55 anos ($M = 20.78$; $DP = 7.11$). Os participantes foram recrutados através do Sistema de Participação em Investigação em Psicologia (SPI) e receberam créditos pela sua participação.

Design

O estudo é do tipo experimental e a influência social normativa foi manipulada inter-participantes recorrendo a 2 grupos (*outgroup* de estatuto elevado X *outgroup* de estatuto baixo). As variáveis dependentes foram a proporção de informação corretamente evocada proveniente do vídeo apresentado, e a proporção de informação falsa e correta evocada proveniente do questionário.

Instrumentos

Foi utilizado um vídeo de um assalto a um banco sem sinais de violência (Herrington, 2002) previamente utilizado em estudos sobre a produção de falsas memórias em tarefas de memória colaborativa (e.g., Saraiva et al., 2020). O vídeo tinha uma duração de três minutos e foi apresentado sem som. Não foi utilizada nenhuma cena de um filme conhecido, para não enviesar as respostas dos participantes, que caso tivessem assistido ao filme anteriormente, já teriam criado memórias, corretas e falsas, relativamente ao mesmo.

Foi igualmente aplicado um questionário, adaptado de Luna e Migueles (2007a; 2007b; 2008; 2009), contendo 24 afirmações, 16 verdadeiras (e.g., o carro do ladrão era azul; o ladrão estacionou o carro perto do banco) e 8 falsas (e.g., a funcionária do banco tinha um lenço atado ao pescoço; o ladrão correu para fora do banco). As afirmações verdadeiras correspondem à informação apresentada no vídeo original enquanto que as afirmações falsas contêm informação falsa/enganosa não apresentada no vídeo.

Pré-teste da Manipulação do Estatuto do *Outgroup*

Para determinar os grupos sociais que os alunos de Psicologia do Iscte-Instituto Universitário de Lisboa consideram pertencer ao *outgroup* de elevado e de baixo estatuto foi desenvolvido um estudo piloto. Participaram neste estudo 16 alunos do 3º ano de Psicologia do Iscte (82.35% do sexo feminino), com idades compreendidas entre os 19 e os 39 anos ($M = 22.41$, $DP = 4.79$).

O estudo consistia num questionário programado em Qualtrics® e com a duração de 10 minutos. Aos participantes era referido que o estudo tinha como objetivo perceber como alunos da licenciatura em Psicologia do Iscte avaliavam estudantes de outras instituições/cursos num conjunto de dimensões.

A primeira tarefa consistia em autoavaliarem o grupo de estudantes de Psicologia do Iscte (i.e., o seu próprio grupo) em 6 dimensões, numa escala do tipo *Likert* de 7 pontos (1= Pouco; 7 = Muito). As dimensões avaliativas eram: prestígio, reputação, estatuto, mérito, competência e sociabilidade. De seguida, eram apresentados aos participantes um conjunto de 10 grupos (de estudantes de outros cursos e instituições de ensino superior), um de cada vez e por ordem aleatória, que deveriam ser avaliados nas mesmas 6 dimensões. Os grupos de estudantes a serem avaliados foram alunos de Psicologia da Universidade Católica Portuguesa, da Universidade Lusíada, da Universidade Lusófona, do Instituto Superior de Psicologia Aplicada, da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa, e ainda alunos de Gestão de Recursos Humanos, Antropologia, Serviço Social e Sociologia do Iscte e de Medicina da Universidade de Lisboa.

As avaliações feitas nas seis dimensões para cada grupo foram computadas num índice geral ($\alpha = .86$), que foi comparado com a autoavaliação que os participantes fizeram do seu próprio grupo (i.e., alunos de Psicologia do Iscte), (ver Tabela 1).

Tabela 1

Apresentação de resultados do estudo piloto

Grupo	M	DP	t(15)^a
Psicologia Iscte (<i>ingroup</i>)	4.69	0.85	-----
Psicologia UCatólica	4.79	0.92	-0.32
Psicologia ISPA	5.10	0.75	-1.62
Psicologia ULusófona	3.55	1.16	4.04 ^{***}
Psicologia ULusíada	3.53	1.30	3.48 ^{**}
Psicologia FPUL	4.75	0.65	-0.35
GRH Iscte	5.03	0.74	-1.92
Antropologia	3.64	1.14	3.50 ^{**}
Sociologia	4.04	1.21	3.58 ^{**}
Serviço Social	4.22	1.21	2.05
Medicina UL	5.67	0.84	-3.37 ^{**}

Nota: ^{***} $p \leq .001$; ^{**} $p < .01$

^a Os testes-*t* são relativos à comparação do *ingroup* com os restantes grupos

Os resultados revelaram que os participantes avaliaram o grupo de estudantes de Psicologia da Universidade Lusófona, $t(15) = 4.04, p = .001$, e da Universidade Lusíada, $t(15) = 3.48, p = .003$, bem como os de Sociologia, $t(15) = 3.58, p = .003$, e de Antropologia do Iscte, $t(15) = 3.50, p = .003$, significativamente abaixo da autoavaliação feita para o seu grupo. Pelo contrário, os alunos de Medicina da Universidade de Lisboa foram avaliados significativamente acima da autoavaliação para o grupo de estudantes de Psicologia do Iscte, $t(15) = -3.37, p = .004$.

Desta forma, foi identificado que para os alunos de Psicologia do Iscte, o *outgroup* de estatuto elevado são os alunos de Medicina da Universidade de Lisboa e o *outgroup* de estatuto baixo, os estudantes de Psicologia da Universidade Lusíada.

Procedimento

Este estudo foi conduzido de acordo com as normas éticas vigentes no Iscte-Instituto Universitário de Lisboa e realizado através da plataforma online Qualtrics®.

Após lerem e aceitarem o termo de consentimento informado, no qual era garantida a confidencialidade dos dados e assegurado o seu anonimato, os participantes deviam indicar o seu número de SPI (para efeitos de creditação), e a sua idade. Surgia depois uma instrução indicando que a tarefa iria ser realizada em colaboração com outro participante que se havia inscrito também naquele horário para participar no estudo. Devido à situação pandémica atual, o estudo não pôde ser realizado em laboratório com díades reais. Assim, este “participante” era um comparsa não real, e todas as suas respostas haviam sido previamente programadas no Qualtrics®.

Para reforçar a credibilidade da natureza colaborativa da tarefa, seguia-se um período de espera, enquanto o suposto emparelhamento com outro participante era realizado. Após alguns segundos, o participante ingénuo era informado que o sistema havia encontrado outro participante. Nesse momento, os participantes eram aleatoriamente distribuídos por uma das duas condições experimentais (comparsa de *outgroup* de estatuto elevado ou *outgroup* de estatuto baixo).

Em seguida, foi pedido aos participantes para indicarem algumas informações (e.g., universidade, curso, ano e sexo) que seriam supostamente partilhadas com o outro participante. Ao participante ingénuo eram depois apresentadas essas mesmas informações relativas ao comparsa. O participante foi sempre emparelhado com um “comparsa” do mesmo sexo e do mesmo ano universitário. O curso e a universidade consistiam na manipulação da variável independente. Ou seja, na condição de *outgroup* de estatuto elevado, os participantes eram emparelhados com um “comparsa estudante de Medicina da Universidade de Lisboa” e na

condição de *outgroup* de estatuto baixo com um “comparsa estudante de Psicologia da Universidade Lusíada de Lisboa”.

De seguida, era apresentado o vídeo ao qual se seguia uma tarefa distratora com a duração de 2 minutos. Esta tarefa consistia na apresentação aleatória de dígitos, de 1 a 9. Os dígitos eram apresentados um de cada vez, no centro do ecrã, e os participantes tinham de indicar, para cada um, se este era par ou ímpar clicando na opção correspondente. No final da tarefa distratora, os participantes foram informados de que a partir daquele momento, a informação seria apresentada simultaneamente aos dois participantes. Para reforçar a manipulação da influência social, os participantes eram recordados da universidade, curso e ano do seu (suposto) parceiro de interação.

De seguida, era apresentado um questionário sobre o vídeo visualizado inicialmente, a ser respondido de forma alegadamente colaborativa. Nesta etapa foi utilizado o método de recordação vez-à-vez, isto é, o participante respondia a uma questão, de seguida o comparsa respondia a outra questão, e assim sucessivamente. Ao participante era apresentada a seguinte instrução:

“De seguida, apresentamos um conjunto de afirmações acerca do vídeo que visualizaram anteriormente. Caso considerem que a afirmação corresponde à informação apresentada no vídeo devem escolher a opção “verdadeiro”. Caso considerem que a afirmação é falsa porque não corresponde a informação apresentada no vídeo, selecionem a opção “falso”. Por favor, respondam a todas as perguntas mesmo que não tenham a certeza da resposta. Para tornar a tarefa mais fácil, cada um de vocês irá responder às questões à vez, ou seja, um de vocês responde a uma questão e de seguida o outro participante responde a outra questão, e assim sucessivamente. Após uma questão surgir no ecrã acompanhada da indicação “É a sua vez de responder” deve indicar a sua resposta, no fim da qual deve clicar no botão NEXT e aguardar pela próxima questão. A sua resposta aparecerá no ecrã do outro participante. Em outros casos a questão irá surgir acompanhada da indicação “Aguarde pela resposta do outro participante”. A resposta do outro participante aparecerá no seu ecrã. As perguntas, bem como as respetivas respostas, serão visíveis para ambos os participantes.”

Cada participante respondia a 12 questões, oito verdadeiras (i.e., contendo informação apresentada no vídeo) e 4 falsas (i.e., contendo informação falsa ou enganosa acerca do vídeo). As respostas do comparsa foram previamente programadas, garantindo que perante uma questão falsa este respondia sempre com “verdadeira”, ou seja, aceitava a informação falsa como sendo verdadeira. Relativamente às questões verdadeiras, o comparsa respondia a metade delas como sendo “verdadeiras” e a outra metade como “falsas”. Após o questionário, os

participantes foram informados que a informação deixaria de ser compartilhada com o outro participante. Seguiu-se uma nova tarefa distratora semelhante à descrita anteriormente.

Por fim, os participantes foram convidados a evocar individualmente o máximo de informação que recordavam do evento original. Cada participante dispôs de 10 minutos para escrever o máximo de informação possível acerca do vídeo visualizado. Os participantes foram instruídos a descrever detalhadamente todos os pormenores recordados (e.g., ações, objetos, pessoas, cores, roupas) e foi esta tarefa de evocação que permitiu observar a influência normativa exercida.

Após o tempo terminar, o programa avançava automaticamente para um conjunto de questões de verificação da manipulação, nas quais era pedido ao participante para avaliar o parceiro de interação em várias dimensões (pouco competente vs. muito competente, estatuto baixo vs. estatuto elevado, pouco caloroso vs. muito caloroso, pouco prestigiado vs. muito prestigiado, fraca reputação vs. elevada reputação, baixo mérito vs. alto mérito, pouco confiante vs. muito confiante, fraca memória vs. excelente memória). Os participantes foram ainda questionados sobre o sexo, a universidade e o curso frequentados pelo seu parceiro de interação e se em algum momento duvidaram da sua existência.

No final da tarefa agradecia-se aos participantes a sua colaboração no estudo. A experiência teve uma duração aproximada de 30 minutos.

CAPÍTULO 4.

Resultados

Verificação da manipulação

Para verificar a eficácia da manipulação da influência normativa, as oito medidas apresentadas no bloco das questões de verificação da manipulação foram computadas num índice geral ($\alpha = .91$; $\alpha = .92$ para a condição do *outgroup* de estatuto baixo; $\alpha = .89$ para a condição do *outgroup* de estatuto elevado). De seguida, realizámos um teste-*t* para amostras independentes, comparando os participantes das duas condições, e utilizando este índice como variável dependente. Este teste revelou que não existiram diferenças estatisticamente significativas entre a avaliação dos parceiros na condição “*outgroup* de estatuto elevado” ($M = 4.98$, $DP = .83$) e os na condição “*outgroup* de estatuto baixo” ($M = 5.09$, $DP = .83$), $t(58) = -.536$, $p = .60$.

Em geral, os participantes responderam corretamente à questão acerca do género do comparsa (81.3% de acerto na condição do *outgroup* de estatuto elevado; 90.6% na condição do *outgroup* de estatuto baixo), da sua universidade (81.3% de acerto na condição do *outgroup* de estatuto elevado; 93.8% na condição do *outgroup* de estatuto baixo) e do seu curso (87.5% de acerto na condição do *outgroup* de estatuto elevado; 93.8% na condição do *outgroup* de estatuto baixo). Por fim, 35 dos 64 participantes referiram ter desconfiado da existência do outro participante. Em conjunto, estes resultados parecem sugerir que a manipulação da influência social normativa não funcionou eficazmente.

Informação correta e falsa aceite durante o questionário

As respostas corretas dos participantes ao questionário (i.e., acertos) que poderiam ser 12 no total, foram calculadas adicionando o número de respostas "verdadeiro" às perguntas que correspondiam a informações apresentadas no vídeo e o número de respostas "falso" às perguntas que continham informações que não correspondiam a informações apresentadas no vídeo. De seguida calculou-se a proporção de acerto dividindo o número de acertos de cada participante pelos 12 possíveis (i.e., $X/12$). Um teste-*t* para amostras independentes revelou que não existiram diferenças estatisticamente significativas no número de acertos entre os participantes da condição “*outgroup* de estatuto elevado” ($M = .68$, $DP = .09$) e os da condição “*outgroup* de estatuto baixo” ($M = .68$, $DP = .14$), $t(62) = .266$, $p = .80$.

Comparámos também, de forma separada, a aceitação de informações corretas (ou seja, considerar que uma afirmação é verdadeira quando corresponde à informação apresentada no vídeo) e de desinformação (ou seja, considerar que uma afirmação é verdadeira quando a

informação é nova e não corresponde à apresentada no vídeo) entre os participantes de ambas as condições.

Uma ANOVA mista 2 (Condição: *outgroup* de estatuto elevado vs. *outgroup* de estatuto baixo; inter-participantes) X 2 (Tipo de informação aceite: correta vs. desinformação), revelou um efeito principal significativo do tipo de informação aceite, $F(1,62) = 64.92, p < .001, \eta p^2 = .511$, indicando que os participantes aceitaram como verdadeira mais informação correta no questionário ($M = .76, DP = .12$) do que desinformação ($M = .48, DP = .25$). O efeito principal da condição não foi estatisticamente significativo, $F(1,62) = .111, p = .74$. Ou seja, a quantidade de informação aceite como verdadeira no questionário foi semelhante na condição de *outgroup* de estatuto elevado ($M = .62, EP = .03$) e de *outgroup* de estatuto baixo $M = .63, EP = .03$). O efeito de interação entre tipo de informação aceite e condição, também não foi estatisticamente significativo, $F(1, 62) = .113, p = .74$.

Codificação da informação evocada

A informação do vídeo foi compilada em 132 unidades de informação (e.g., ações, objetos, pessoas; ver Paulo et al., 2015; Saraiva et al., 2020, para procedimentos semelhantes).

As unidades de informação corretas recordadas foram identificadas e codificadas com 1. A codificação das informações recordadas foi feita de forma independente por dois investigadores.

O total de informação correta recordada por participante foi calculada, adicionando todas as unidades de informação codificadas com 1. A proporção foi calculada, dividindo o número de unidades corretas de informação recordadas pelas 132 possíveis.

As informações recordadas provenientes do questionário foram classificadas como informação correta (informação correta apresentada no questionário e evocada pelo participante) e desinformação (informação falsa apresentada no questionário e evocada pelo participante).

De modo a analisar a recordação das informações introduzidas pelo questionário, foi somado o número de informações corretas (máximo 16) e de desinformação (máximo 8) recordada e calculadas as respetivas proporções. Para calcular as proporções, a informação correta foi dividida em duas subcategorias: informação correta apresentada no questionário e respondida pelo participante (x/8) e informação correta apresentada no questionário respondida pelo comparsa (x/8). Uma categorização semelhante foi feita para a informação falsa: informação falsa respondida no questionário pelo participante (x/4) e informação falsa respondida pelo comparsa (x/4).

Recordação correta da informação inicial

Seguidamente testámos a proporção de recordação correta (i.e., informação apresentada no vídeo) ($M = .21$, $DP = .15$) em função da manipulação do grupo. Um teste- t para amostras independentes revelou que a proporção de informação correta recordada na tarefa de evocação final não diferiu significativamente entre os participantes na condição de *outgroup* de estatuto elevado ($M = .20$, $DP = .08$) e de estatuto baixo ($M = .22$, $DP = .22$), $t(62) = 1.18$, $p = .241$.

Evocação da informação apresentada durante o questionário

Para testar a nossa hipótese de que os participantes da condição “*outgroup* de estatuto elevado” seriam mais suscetíveis à aceitação de informação (correta e falsa) pelo seu parceiro de interação do que os participantes da condição “*outgroup* de estatuto baixo” realizamos uma ANOVA mista 2 (Condição: *outgroup* de estatuto elevado vs. *outgroup* de estatuto baixo; inter-participantes) X 2 (Tipo de informação recordada proveniente do questionário: correta vs. desinformação; intra-participantes) X 2 (Resposta: comparsa vs. próprio; intra-participantes). A variável “Resposta” identifica se a informação que o participante recorda na tarefa de evocação final corresponde a uma questão que foi respondida pelo próprio participante ou pelo comparsa durante o questionário. A Tabela 2 apresenta as médias e desvios padrão para o tipo de informação evocada proveniente do questionário, em função da condição e do elemento da díade que respondeu às questões contendo essa informação durante o questionário.

Tabela 2

Informação evocada em função da condição

	Condição	M	DP	N
Informação correta - comparsa	Estatuto baixo	0.30	0.14	32
	Estatuto elevado	0.20	0.15	32
	Total	0.25	0.15	64
Informação correta - próprio	Estatuto baixo	0.33	0.19	32
	Estatuto elevado	0.29	0.13	32
	Total	0.31	0.16	64
Informação falsa - comparsa	Estatuto baixo	0.55	0.11	32
	Estatuto elevado	0.78	0.18	32
	Total	0.66	0.15	64
Informação falsa - próprio	Estatuto baixo	0.31	0.84	32
	Estatuto elevado	0.47	0.10	32
	Total	0.40	0.91	64

Os resultados revelaram que o efeito principal da condição não foi significativo, $F(1,62) = 1.63$, $p = .21$, ou seja, não existiram diferenças significativas na proporção de informação recordada proveniente do questionário entre os participantes da condição “*outgroup* de estatuto baixo” ($M = .18$, $DP = .17$) e os participantes da condição “*outgroup* de estatuto elevado” ($M = .15$, $DP = .14$).

O efeito principal do tipo de informação recordada proveniente do questionário foi significativo, $F(1,62) = 163.22$, $p < .001$, $\eta p^2 = .725$, indicando que, independentemente da condição, os participantes recordaram mais informação correta ($M = .28$, $DP = .16$) do que desinformação ($M = .05$, $DP = .12$), proveniente do questionário. Não obstante esta diferença, verificou-se que os participantes incluíram na sua recordação, alguma da desinformação introduzida durante o questionário, replicando assim o efeito de desinformação.

O efeito principal de resposta não foi estatisticamente significativo, $F(1,62) = 1.68$, $p = .20$. Ou seja, não se verificaram diferenças entre a proporção de informação recordada proveniente de questões respondidas pelo comparsa ($M = .16$, $DP = .11$) ou pelo próprio participante ($M = .18$, $DP = .10$).

O efeito de interação entre condição e resposta, também não foi significativa, $F(1,62) = 1.05$, $p = .31$. Não obstante de a interação não ter sido significativa, por se tratar de uma análise específica à nossa hipótese, realizamos comparações planeadas usando o JASP. Era esperado que na condição “*outgroup* de estatuto elevado”, os participantes recordassem mais informação (correta e falsa) respondida pelo comparsa durante o questionário do que na condição “*outgroup* de estatuto baixo”. Porém, estas comparações revelaram mais uma vez a ausência de diferenças significativas entre a condição de “*outgroup* de estatuto elevado” ($M = .17$, $DP = .09$) e de “*outgroup* de estatuto baixo” ($M = .18$, $DP = .10$), na quantidade de informação recordada que foi respondida no questionário pelo próprio participante, $t(110.395) = 0.47$, $p = .64$, ou pelo comparsa, $t(110.395) = 1.63$, $p = .11$ ($M_{\text{OutgroupEsatututoBaixo}} = .18$, $DP = .09$; $M_{\text{OutgroupEsatututoElevado}} = .14$, $DP = .12$).

O efeito de interação entre tipo de informação e resposta foi significativo, $F(1,62) = 7.84$, $p = .007$, $\eta p^2 = .112$. Comparações planeadas revelaram que os participantes aceitaram mais informação correta proveniente do questionário que foi respondida pelo próprio participante ($M = .31$, $DP = .16$) do que quando foi respondida pelo comparsa ($M = .25$, $DP = .15$), $t(121.773) = 2.96$, $p = .004$. Não se verificaram diferenças ao nível da desinformação recordada ($M_{\text{Comparsa}} = .07$, $DP = .15$; $M_{\text{Próprio}} = .04$, $DP = .09$) em função de quem respondeu à questão contendo essa informação durante o questionário, $t(121.773) = -1.26$, $p = .21$.

Por fim, o efeito de interação entre condição, tipo de informação e resposta não foi significativo, $F(1,62) = 1.28, p = .26$. Não obstante, e para testar especificamente a nossa hipótese de que na condição “*outgroup* de estatuto elevado” a informação (em particular a desinformação) que foi respondida pelo comparsa durante o questionário seria mais recordada que na condição “*outgroup* de estatuto baixo” realizámos comparações planeadas. Estas comparações revelaram que ao nível da informação correta, existiram diferenças significativas entre condições, $t(231.604) = 3.02, p = .003$. Isto é, foi recordada mais informação correta proveniente de questões que foram respondidas pelo comparsa na condição de “*outgroup* de estatuto baixo” ($M = .30, DP = .14$) do que na outra condição ($M = .20, DP = .15$). Ao nível da desinformação, esta diferença embora no sentido esperado ($M_{\text{OutgroupEsatutoBaixo}} = .05, DP = .11$; $M_{\text{OutgroupEsatutoElevado}} = .08, DP = .18$), não atingiu significância estatística, $t(231.604) = -.67, p = .50$.

CAPÍTULO 5.

Discussão

As falsas memórias têm sido amplamente estudadas em contextos de memória individual. No entanto, apesar de a memória ser uma atividade social e cooperativa, suscetível a processos de influência social, a sua ocorrência em condições de interação social continua pouco explorada. Este estudo teve como objetivo analisar o efeito da influência social normativa na emergência e transmissão de informação falsa em contexto de interação social com recurso ao paradigma da desinformação. Era expectável que os participantes aceitassem, e conseqüentemente, recordassem, mais informação aceita por um comparsa, quando este pertencia a um “*outgroup* de estatuto elevado” do que quando o comparsa pertencia a um “*outgroup* de estatuto baixo”.

Contrariamente ao esperado, os resultados revelaram que o efeito da influência social normativa não foi significativo ao nível da informação correta e falsa recordada pelos participantes. Esse resultado, deve-se provavelmente ao facto da manipulação do estatuto do comparsa não ter funcionado.

Na tarefa de evocação, os participantes recordaram, como esperado, mais informação correta, do que informação falsa. Ainda assim, recordaram alguma da desinformação introduzida pelo questionário, o que replica o efeito de desinformação. Este efeito pode ser explicado com base na monitorização da fonte (Johnson et al., 1993), sugerindo que no momento da recordação, os indivíduos nem sempre conseguem atribuir corretamente a desinformação à sua fonte, neste caso ao questionário, o que leva a um erro de monitorização e conseqüentemente, à produção de falsas memórias. Ou seja, os participantes parecem atribuir a desinformação introduzida no questionário ao evento original (i.e., vídeo).

A interação entre a condição de estatuto do grupo e quem respondeu às questões (participante vs. comparsa), não foi significativa. Era esperado que na condição “*outgroup* de estatuto elevado”, os participantes recordassem mais informação respondida pelo comparsa durante o questionário do que na condição “*outgroup* de estatuto baixo”. Porém, comparações planeadas não mostraram diferenças significativas entre condições. Não se verificou, portanto, a hipótese de que na condição de estatuto elevado se observe maior influência normativa. Quando comparada a recordação de informação respondida pelo próprio participante ou pelo comparsa durante o questionário, verificou-se um efeito de interação significativo entre o tipo de informação e quem respondeu às questões. Os participantes recordaram mais informação correta, introduzida nas questões anteriormente respondida pelos próprios, o que leva a

questionar, se os participantes dão mais atenção à informação que lhes é apresentada a si ou se se trata de terem mais confiança na sua memória do que na memória de outras pessoas (neste caso do parceiro de interação).

Além disso, explorámos também se a influência social normativa exercida pelo comparsa seria diferente para informação correta e desinformação. No entanto, observaram-se apenas diferenças ao nível da informação correta e que parecem ir no sentido oposto ao esperado, ou seja, os participantes recordaram mais informações provenientes das respostas corretas dos comparsas na condição de estatuto baixo. É, porém, necessário referir que esta interação não foi significativa e deve, por isso, ser interpretada com cuidado.

Globalmente, atribuímos o padrão de resultados observados à ineficácia da manipulação de estatuto utilizada. Além disso, o estudo teve uma amostra reduzida, de apenas 32 participantes em cada condição. É assim fundamental que estudos futuros sejam realizados com mais participantes, não só no estudo principal, como também no estudo piloto.

No que diz respeito ao procedimento, seria também importante replicar o presente estudo em contexto de laboratório (o que no presente estudo não foi possível devido à situação de pandemia em que vivemos). Um estudo em laboratório, permitiria que os participantes vissem o seu parceiro de interação (comparsa) e não duvidassem da sua existência/percebessem que se trata de um comparsa dos investigadores (tal como as respostas a esta questão parecem sugerir).

Por último, sendo a memória um processo social tão importante, as falsas memórias devem continuar a ser investigadas, em contextos de interação social. Os resultados do presente estudo mostram que os participantes recordaram alguma da desinformação introduzida pelo questionário, replicando o efeito de desinformação. Ficou no entanto por esclarecer o papel da influência social normativa neste contexto. Seria, por isso importante replicar estes estudo com outra manipulação da influência normativa e eventualmente com a manipulação de outros tipos de influência social. Além disso, seria também interessante estudar a influência social na emergência e transmissão de falsas memória, recorrendo a outros paradigmas, como o do contágio social (Roediger et al., 2001) ou o da conformidade da memória (Gabbert et al., 2006), de modo a esclarecer os mecanismos sociocognitivos subjacentes a este fenómeno em contextos de interação social.

Referências Bibliográficas

- Allan, K., & Gabbert, F. (2008). I still think it was a banana: Memorable ‘lies’ and forgettable ‘truths’. *Acta Psychologica*, *127*(2), 299-308. <https://doi.org/10.1016/j.actpsy.2007.06.001>
- Andrews, J. J., & Rapp, D. N. (2014). Partner characteristics and social contagion: Does group composition matter?. *Applied Cognitive Psychology*, *28*(4), 505-517. <https://doi.org/10.1002/acp.3024>
- Bartlett, F. C. (1932). *Remembering: A study in experimental and social psychology*. Cambridge University Press.
- Basden, B. H., Basden, D. R., Thomas, R. L., & Souphasith, S. (1997). Memory distortion in group recall. *Current Psychology*, *16*(3-4), 225-246. <https://doi.org/10.1007/s12144-997-1001-4>
- Cann, D. R., McRae, K., & Katz, A. N. (2011). False recall in the Deese–Roediger–McDermott paradigm: The roles of gist and associative strength. *Quarterly Journal of Experimental Psychology*, *64*(8), 1515-1542. <https://doi.org/10.1080/17470218.2011.560272>
- Deese, J. (1959). Influence of inter-item associative strength upon immediate free recall. *Psychological Reports*, *5*(3), 305–312. <https://doi.org/10.2466/pr0.1959.5.3.305>
- Deutsch, M., & Gerard, H. B. (1955). A study of normative and informational social influences upon individual judgment. *The Journal of Abnormal and Social Psychology*, *51*(3), 629-636. <https://doi.org/10.1037/h0046408>
- Gabbert, F., Memon, A., & Allan, K. (2003). Memory conformity: Can eyewitnesses influence each other's memories for an event? *Applied Cognitive Psychology*, *17*(5), 533-543. <https://doi.org/10.1037/h0046408>
- Gabbert, F., Memon, A., & Wright, D. B. (2006). Memory conformity: Disentangling the steps toward influence during a discussion. *Psychonomic Bulletin & Review*, *13*(3), 480-485. <https://doi.org/10.3758/BF03193873>
- Gabbert, F., & Hope, L. (2013). Suggestibility and memory conformity. In A. M. Ridley, F. Gabbert, & D. J. La Rooy (Eds.), *Suggestibility in legal contexts: Psychological research and forensic implications* (pp.63–83). John Wiley & Sons.
- Gallo, D. A., & Roediger, H. L. (2002). Variability among word lists in eliciting memory illusions: Evidence for associative activation and monitoring. *Journal of Memory and Language*, *47*, 469-497. [https://doi.org/10.1016/S0749-596X\(02\)00013-X](https://doi.org/10.1016/S0749-596X(02)00013-X)
- Gallo, D. A. (2010). False memories and fantastic beliefs: 15 years of the DRM illusion. *Memory & Cognition*, *38*, 833-848. <https://doi.org/10.3758/MC.38.7.833>

- Garcia-Marques, L., Ferreira, M., & Garrido, M. V. (2013). Processos de influência social. In J. Vala & M. B. Monteiro (Orgs.). *Psicologia social* (9ª ed., pp. 245-324). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Garcia-Marques, L., Garrido, M. V., Hamilton, D. L., & Ferreira, M. B. (2012). Effects of correspondence between encoding and retrieval organization in social memory. *Journal of Experimental Social Psychology*, *48*, 200-206. <https://doi.org/10.1016/j.jesp.2011.06.017>
- Garrido, M. V., Garcia-Marques, L., & Hamilton, D. L. (2012a). Enhancing the comparability between part-list cueing and collaborative recall: A gradual part-list cueing paradigm. *Experimental Psychology*, *59*, 199-205. <https://doi.org/10.1027/1618-3169/a000144>
- Garrido, M. V., Garcia-Marques, L., & Hamilton, D. L. (2012b). Hard to recall but easy to judge: Retrieval strategies in social information processing. *Social Cognition*, *30*, 56-70. <https://doi.org/10.1521/soco.2012.30.1.56>
- Harris, C. B., Barnier, A. J., & Sutton, J. (2012). Consensus collaboration enhances group and individual recall accuracy. *The Quarterly Journal of Experimental Psychology*, *65*(1), 179-194. <https://doi.org/10.1080/17470218.2011.608590>
- Herrington, R. (Director) (2002). *The stickup*. EUA: Universal Pictures Video.
- Johnson, M. K., Hashtroudi, S., & Lindsay, D. S. (1993). Source monitoring. *Psychological Bulletin*, *114*(1), 3. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.114>
- Karns-Wright, T. E., Irvin, S. J., Suranic, S. L., & Rivardo, M. G. (2009). Collaborative recall reduces the effect of a misleading post event. *North American Journal of Psychology*, *11*(1), 17-28.
- Kwong See, S. T., Hoffman, H. G., & Wood, T. L. (2001). Perceptions of an old female eyewitness: Is the older eyewitness believable?. *Psychology and Aging*, *16*(2), 346-350. <https://doi.org/10.1037/0882-7974.16.2.346>
- Levine, J. M., & Moreland, R. L. (1994). Group socialization: Theory and research. *European Review of Social Psychology*, *5*(1), 305-336. <https://doi.org/10.1080/14792779543000093>
- Loftus, E. F., & Palmer, J. C. (1974). Reconstruction of automobile destruction: An example of the interaction between language and memory. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, *13*, 585-589. [https://doi.org/10.1016/S0022-5371\(74\)80011-3](https://doi.org/10.1016/S0022-5371(74)80011-3)
- Loftus, E. F. (2005). Planting misinformation in the human mind: A 30-year investigation of the malleability of memory. *Learning & Memory*, *12*(4), 361-366. <https://doi.org/10.1101/lm.94705>

- Lott, A. J., & Lott, B. E. (1961). Group cohesiveness, communication level, and conformity. *The Journal of Abnormal and Social Psychology*, 62(2), 408-412. <https://doi.org/10.1037/h0041109>
- Luna, K., & Migueles, M. (2007a). Acciones y detalles en la aceptación de información postevento falsa y en la confianza. *Estudios de Psicología*, 28, 69-81. <https://doi.org/10.1174/021093907780152349>
- Luna, K., & Migueles, M. (2007b). Memoria de testigos: patrón de distorsión de los recuerdos por la presentación de información falsa. *Eguzkilore*, 21, 341-363
- Luna, K., & Migueles, M. (2008). Typicality and misinformation: Two sources of distortion. *Psicológica*, 29(2), 171-187.
- Luna, K., & Migueles, M. (2009). Acceptance and confidence of central and peripheral misinformation. *The Spanish Journal of Psychology*, 12(2), 405-413. <https://doi.org/10.1017/s1138741600001797>
- Maki, R. H., Weigold, A., & Arellano, A. (2008). False memory for associated word lists in individuals and collaborating groups. *Memory & Cognition*, 36(3), 598-603. <https://doi.org/10.3758/MC.36.3.598>.
- Maswood, R., & Rajaram, S. (2019). Social transmission of false memory in small groups and large networks. *Topics in Cognitive Science*, 11(4), 687-709. <https://doi.org/10.1111/tops.12348>
- Meade, M. L., & Roediger, H. L. (2002). Explorations in the social contagion of memory. *Memory & Cognition*, 30(7), 995-1009. <https://doi.org/10.3758/BF03194318>
- Miller, M. B., & Wolford, G. L. (1999). Theoretical commentary: The role of criterion shift in false memory. *Psychological Review*, 106(2), 398-405. <https://doi.org/10.1037/0033-295X.106.2.398>
- Numbers, K. T., Meade, M. L., & Perga, V. A. (2014). The influences of partner accuracy and partner memory ability on social false memories. *Memory & Cognition*, 42(8), 1225-1238. <https://doi.org/10.3758/s13421-014-0443-9>
- Oliveira, H. M., Albuquerque, P. B., & Saraiva, M. (2018). O estudo das falsas memórias: Reflexão histórica. *Trends in Psychology*, 26(4), 1763-1773. <https://doi.org/10.9788/tp2018.4-03pt>
- Paulo, R. M., Albuquerque, P. B., Saraiva, M., & Bull, R. (2015). The enhanced cognitive interview: Testing appropriateness perception, memory capacity and error estimate relation with report quality. *Applied Cognitive Psychology*, 29(4), 536-543. <https://doi.org/10.1002/acp.3132>

- Pickrell, J. E., McDonald, D.-L., Bernstein, D. M., & Loftus, E. F. (2016). Misinformation effect. In R. F. Pohl (Ed.), *Cognitive illusions: Intriguing phenomena in thinking, judgment and memory* (pp. 406–423). Routledge/Taylor & Francis Group.
- Rajaram, S., & Pereira-Pasarin, P. (2010). Collaborative memory: Cognitive research and theory. *Perspectives on Psychological Science*, 5(6), 649-663. <https://doi.org/10.1177/1745691610388763>
- Rivardo, M. G., Rutledge, A. T., Chelecki, C., Stayer, B. E., Quarles, M., & Kline, A. (2013). Collaborative recall of eyewitness event increases misinformation effect at 1 week. *North American Journal of Psychology*, 15(3), 495–512.
- Roediger, H. L., & McDermott, K. B. (1995). Creating false memories: Remembering words not presented in lists. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition*, 21(4), 803–814. <https://doi.org/10.1037/0278-7393.21.4.803>
- Roediger, H. L., & McDermott, K. B. (2000). Distortions of memory. In: E. Tulving, & F. I. M. Craik (Eds.), *The Oxford handbook of memory* (pp. 149-162). Oxford University Press
- Roediger, H. L., Meade, M. L., & Bergman, E. T. (2001). Social contagion of memory. *Psychonomic Bulletin & Review*, 8(2), 365-371. <https://doi.org/10.3758/BF03196174>
- Rossi-Arnaud, C., Spataro, P., Bhatia, D., Doricchi, F., Mastroberardino, S., & Cestari, V. (2020). Long-lasting positive effects of collaborative remembering on false assents to misleading questions. *Acta Psychologica*, 203, 102986. <https://doi.org/10.1016/j.actpsy.2019.102986>
- Saraiva, M., Albuquerque, P. B., & Arantes, J. (2017). Production of false memories in collaborative memory tasks using the DRM paradigm. *Psicológica*, 38(2), 209-229.
- Saraiva, M., Garrido, M. V., & Albuquerque, P. B. (2020). Emergence and transmission of misinformation in the context of social interactions. *Memory & Cognition*, 1-13. <https://doi.org/10.3758/s13421-020-01081-x>
- Skagerberg, E. M., & Wright, D. B. (2009). Susceptibility to postidentification feedback is affected by source credibility. *Applied Cognitive Psychology*, 23(4), 506-523. <https://doi.org/10.1002/acp.1470>
- Vredeveltdt, A., Groen, R. N., Ampt, J. E., & van Koppen, P. J. (2017). When discussion between eyewitnesses helps memory. *Legal and Criminological Psychology*, 22(2), 242-259. <https://doi.org/10.1111/lcrp.12097>
- Vredeveltdt, A., Hildebrandt, A., & Van Koppen, P. J. (2016). Acknowledge, repeat, rephrase, elaborate: Witnesses can help each other remember more. *Memory*, 24, 669–682. <https://doi.org/10.1080/09658211.2015.1042884>

- Weigold, A., Russell, E. J., & Natera, S. N. (2014). Correction of false memory for associated word lists by collaborating groups. *The American Journal of Psychology*, 127(2), 183-190. <https://doi.org/10.5406/amerjpsyc.127.2.0183>
- Wright, D. B., & Carlucci, M. E. (2011). The response order effect: People believe the first person who remembers an event. *Psychonomic Bulletin & Review*, 18(4), 805-812. <https://doi.org/10.3758/s13423-011-0089-6>
- Wright, D. B., & Villalba, D. K. (2012). Memory conformity affects inaccurate memories more than accurate memories. *Memory*, 20(3), 254-265. <https://doi.org/10.1080/09658211.2012.654798>